

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**
SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Plano de Trabalho Nº 229/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV**1. DADOS CADASTRAIS****PRIMEIRO PARTÍCIPE**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ: 06.981.344/0001-05, com sede na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, nº 3509, São Raimundo, CEP 64.075-065 - Teresina-PI.

Representante: Desembargador Aderson Antonio Brito Nogueira

SEGUNDO PARTÍCIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS,

CNPJ: 07.217.342/0001-07, com sede na av. Pedro Freitas, Bl. G, 2º andar, Centro Administrativo, CEP 64018-200 - Teresina-PI.

Representante: Secretário, Carlos Augusto Gomes de Souza

TERCEIRO PARTÍCIPE

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO - GMF, com sede no Fórum Cível e Criminal "Desembargador Joaquim de Souza Neto", Praça Des. Edgard Nogueira s/n, Cabral, CEP 64000-830 - Teresina-PI.

Representantes: Desembargador Sebastião Ribeiro Martins, Supervisor do GMF e Juiz Marcus Klinger Madeira de Vasconcelos, Coordenador do GMF

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de implementação da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional, através dos Escritórios Sociais, o Plano de Trabalho ora apresentado se justifica pela necessidade de propiciar a devida assistência às pessoas egressas do sistema prisional na retomada da vida em liberdade, a partir da gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo.

3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento, fortalecimento, qualificação e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais. Dessa forma, busca-se concretizar as condições favoráveis ao adequado funcionamento dos Escritórios Sociais, cabendo a execução e a fiscalização, do presente plano, aos representantes indicados pelos dois órgãos.

4. METAS A SEREM ATINGIDAS

- META 1: Assegurar a estruturação do espaço físico do Escritório Social de forma adequada e funcional;
- META 2: Assegurar a existência de equipe mínima multiprofissional;
- META 3: Implementar as metodologias e instrumentais elaborados e publicados pelo CNJ, assegurando uma gestão eficaz e a singularização dos atendimentos;

- META 4: Realizar o mapeamento de ativos e promover a articulação com a rede de serviços intersetoriais, fortalecendo as conexões entre as diferentes áreas de atuação garantindo a existência de fluxos de referência e de contrarreferência para fins de encaminhamento e acompanhamento do público;
- META 5: Incidir estrategicamente a partir das demandas apresentadas por pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares;
- META 6: Promover a participação social e o enfrentamento aos estigmas;
- META 7: Estabelecer espaços de formação continuada para a equipe dos Escritórios Sociais, promovendo a atualização e o aprimoramento metodológico;
- META 8: Instituir espaços de gestão colegiada dentro do Comitê de Políticas Penais, fomentando a participação e a colaboração entre os diferentes setores;
- META 9: Construir fluxos de comunicação e monitoramento dos Escritórios Sociais pelo GMF, garantindo a transparência e a eficiência dos processos, sendo vedado o fornecimento de informações individualizadas de pessoas atendidas, em virtude da natureza dos serviços e do sigilo dos atendimentos;
- META 10: Promover a elaboração de indicadores e a sistematização de dados para fins de monitoramento da eficácia da política, assegurando que os resultados sejam mensuráveis e acessíveis;
- META 11: Assegurar a utilização dos formulários de atendimento e encaminhamento, conforme padronização adotada pelo CNJ e prevista na metodologia dos Escritórios Sociais;
- META 12: Garantir a previsão e alocação orçamentária necessária para assegurar a sustentabilidade a longo prazo do Escritório Social.

5. ETAPAS E FASES DE EXECUÇÃO

ETAPA 1: Estruturação do espaço físico do Escritório Social.

- I. Assegurar a estrutura física adequada do Escritório Social, garantindo condições que possibilitem a realização dos atendimentos com sigilo e privacidade, além de disponibilizar recursos materiais suficientes para o pleno funcionamento das atividades;
- II. Não implantar Escritórios Sociais nas dependências dos Fóruns ou no âmbito do Poder Judiciário ou em locais destinados à Administração Penitenciária;
- III. Garantir a identificação adequada do prédio onde se localiza o equipamento, seguindo as diretrizes do CNJ de parametrização da identidade visual do Escritório Social.

ETAPA 2: Implementação de equipe mínima multiprofissional para o funcionamento do Escritório Social

- I. Assegurar a alocação de uma equipe mínima multiprofissional para o funcionamento do Escritório Social e avaliar a posterior necessidade de ampliação da equipe a partir do aumento da demanda.

ETAPA 3: Implementação de metodologias especializadas que orientem o atendimento da pessoa egressa e a gestão dos Escritórios Sociais

- I. Qualificar o acolhimento, o atendimento, a escuta e acompanhamento interdisciplinar de forma singularizada e integral para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, considerando os princípios e diretrizes dos Manuais publicados pelo CNJ e previstos na Resolução nº 307/2019;
- II. Assegurar que os(as) profissionais atendam e acompanhem o público do Escritório Social de forma integral, para além do campo de saber estrito de cada categoria profissional. Todos(as) os(as) profissionais da equipe técnica devem utilizar uma abordagem de acolhimento e acompanhamento interdisciplinar;

- III. Apoiar a implementação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas, visando qualificar os procedimentos de soltura e estabelecer fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento entre as equipes psicossociais das unidades prisionais e equipes dos Escritórios Sociais, de acordo com as etapas preconizados pelo CNJ.

ETAPA 4: Mapeamento de ativos e articulação com a rede de serviços intersetoriais.

- I. Ampliar o mapeamento dos serviços da rede intersetorial, estabelecendo fluxos de referência e contrarreferência que promovam uma atenção integral, construída em rede;
- II. Estabelecer, em parceria com a rede, espaços de formação colaborativa, de trocas de saberes e socialização de experiências entre as equipes e os serviços;
- III. Criar espaços intersetoriais de diálogo entre os serviços da rede, como reuniões e fóruns, com o objetivo de aprimorar os fluxos de referenciamento e discutir os encaminhamentos mais adequados para o manejo de casos complexos, sempre respeitando o sigilo profissional e a privacidade de cada caso concreto.

ETAPA 5: Oferta de atenção específica a populações em situação de vulnerabilidades acrescidas.

- I. Implementar ações de discriminação positiva para populações com vulnerabilidades acrescidas, visando promover a equidade e garantir o acesso a serviços e políticas públicas;
- II. Assegurar o acolhimento e a atenção especializada para as pessoas egressas dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) e/ou instituições congêneres, com o objetivo de realizar encaminhamento adequado para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), promovendo o cuidado em liberdade e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

ETAPA 6: Fomento a ações de qualificação profissional e promoção da inserção sociolaboral.

- I. Estabelecer, ampliar e fortalecer as parcerias com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a rede da iniciativa privada para fomentar a inserção sociolaboral de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares;
- II. Estabelecer parcerias com o setor público e a iniciativa privada, visando fomentar a implementação de cooperativas, estratégias de economia solidária e empreendedorismo;
- III. Estabelecer parcerias com universidades, institutos federais, Sistema S e instituição de ensino ou qualificação profissional da iniciativa privada para fomentar a inserção de pessoas egressas.

ETAPA 7: Fomento à remição de pena do público pré-egresso por meio de trabalho e leitura.

- I. Sensibilizar as empresas e instituição públicas a disponibilizarem à Defensoria Pública as fichas de ponto e/ou informações sobre a frequência referente a atividade laboral para fins de remição de pena por trabalho em casos de pessoas egressas que cumpram pena em regime semiaberto em prisão domiciliar;
- II. Implementar no Escritório Social rodas de leitura, com vistas a promover espaços de diálogos coletivos e remição de pena por leitura em casos de pessoas egressas que cumpram pena em regime semiaberto em prisão domiciliar.

ETAPA 8: Ações de comunicação e formação para a rede e para a sociedade civil no que concerne ao enfrentamento de estigmas.

- I. Desenvolver campanhas educativas de sensibilização como estratégia para desmistificar preconceitos e estigmas, promovendo a inclusão social das pessoas egressas;
- II. Estabelecer diálogos e espaços de formação continuada para a equipe do Escritório Social e demais serviços e instituições da rede, no sentido de mitigar a reprodução de preconceitos e estigmas e promover a inclusão social.

ETAPA 9: Participação social e comunitária.

- I. Promover Rodas de Conversa, Fóruns e Assembleias Participativas sobre temas transversais e de interesse das pessoas egressas e seus familiares, com o objetivo de incentivar a participação, a reflexão e a socialização de repertório e conhecimento;
- II. Proporcionar a execução de oficinas integrativas de caráter lúdico pedagógico, com foco na disseminação de informações sobre Direitos Humanos e na promoção do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

ETAPA 10: Fomento a espaços de formação continuada para a equipe e a gestão do Escritório Social.

- I. Estabelecer espaços periódicos de formação continuada para a equipe do Escritório Social, visando o desenvolvimento profissional, o aprimoramento teórico e a atualização metodológica.

ETAPA 11: Instituição de espaços de gestão colegiada dentro do Comitê de Políticas Penais.

- I. Criar uma Câmara Temática dedicada à atenção às pessoas egressas e seus familiares no âmbito dos Comitês de Políticas Penais, com composição democrática, envolvendo representantes do Poder Judiciário, Executivo e sociedade civil, com o objetivo de exercer o acompanhamento e o controle social, além de contribuir para a qualificação dos processos de monitoramento e avaliação dos Escritórios Sociais

ETAPA 12: Construção de fluxos de monitoramento do Escritório Social pelo GMF.

- I. Estabelecer fluxos de comunicação e monitoramento do funcionamento do Escritório Social pelo GMF semestralmente, garantindo transparência e eficácia nos procedimentos.

ETAPA 13: Sistematização de informações, perfil do público usuário e indicadores para monitoramento da política.

- I. Implementar instrumental de planejamento, monitoramento e avaliação, de acordo com o Guia para Monitoramento para os Escritórios Sociais, visando a sistematização dos dados e informações coletadas pelo serviço, com especial atenção aos marcadores sociais de gênero e raça.

ETAPA 14: Sustentabilidade da política e do funcionamento do Escritório Social.

- I. Assegurar a previsão e alocação orçamentária necessária para garantir o funcionamento contínuo e a sustentabilidade a longo prazo do Escritório Social;
- II. Estabelecer espaços de gestão e diálogo bipartite entre os poderes estaduais e municipais, visando garantir a cooperação de esforços para fins de sustentabilidade dos Escritórios Sociais implantados em âmbito municipal.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	ESPECIFICAÇÃO/PARTÍCIPE	DURAÇÃO
Assegurar a estruturação do espaço físico do Escritório Social de forma adequada e funcional	TJ e Executivo	janeiro/2026
Assegurar uma equipe mínima multiprofissional para garantir o pleno funcionamento do Escritório Social	Executivo	janeiro/2026
Garantir a implementação das metodologias e instrumentais	TJ e Executivo	janeiro/2026

promovidos pelo CNJ, assegurando uma gestão eficaz e a oferta de atenção de qualidade nos Escritórios Sociais		
Realizar o mapeamento de ativos e promover a articulação com a rede de serviços intersetoriais, fortalecendo as conexões entre as diferentes áreas de atuação	TJ e Executivo	contínuo
Assegurar a atenção especializada para a populações com vulnerabilidades acrescidas	Executivo	contínuo
Fomentar a inserção sociolaboral e a qualificação profissional do público acompanhado pelo Escritório Social, garantindo-se a remição de pena para os casos que assim couber	TJ e Executivo	contínuo
Promover a participação social e o enfrentamento aos estigmas	TJ e Executivo	contínuo
Estabelecer espaços de formação continuada para a equipe técnica e a gestão dos Escritórios Sociais, promovendo a atualização e o aprimoramento profissional	TJ e Executivo	contínuo
Instituir espaços de gestão colegiada dentro do Comitê de Políticas Penais, fomentando a participação e a colaboração entre os diferentes setores	TJ e Executivo	janeiro/2026
Construir fluxos de comunicação e monitoramento do Escritório Social, de forma colaborativa, garantindo-se a transparência e a eficiência dos processos	TJ e Executivo	janeiro/2026
Promover a sistematização de informações e indicadores para monitoramento eficaz política, assegurando que os resultados sejam mensuráveis e acessíveis	Executivo	janeiro/2026
Garantir a previsão e alocação orçamentária necessária para assegurar a sustentabilidade a longo prazo do Escritório Social	Executivo	contínuo



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 11/12/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Klinger Madeira de Vasconcelos, Juiz de Direito**, em 12/12/2025, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Chefe**, em 15/12/2025, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aderson Antonio Brito Nogueira, Presidente**, em 15/12/2025, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **7609404** e o código CRC **BCDF1AB4**.
